



Daniela Verdasca
13 de dezembro de 2018 às 14:45

Portugal (ainda não) pode dormir à sombra dos louros conquistados

O relatório da OIT relembra que é necessário aumentar o emprego com qualidade, nomeadamente, através da melhoria de políticas salariais, do regime do tempo de trabalho e da promoção da negociação coletiva.

Após uma grave crise económica, Portugal recuperou a estabilidade económica. O desemprego diminuiu, as exportações aumentaram e o país voltou a ter acesso aos mercados financeiros internacionais.

Esta é uma das conclusões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), expressas no relatório - "Trabalho Digno em Portugal 2008-18: da crise à recuperação" - publicado no passado dia 12 de outubro, que apresenta uma reflexão sobre os ensinamentos da crise económica, afirmando que o exemplo de Portugal "pode e deve servir para recordar que existe sempre uma saída para a crise, desde que as pessoas sejam colocadas em primeiro lugar".

Mas apesar de concluir que "Portugal constitui um exemplo claro de uma recuperação bem-sucedida e célere da economia e do mercado de trabalho, sem comprometer os direitos dos trabalhadores", a OIT não deixa de apresentar os desafios a enfrentar, nomeadamente, na área do mercado de trabalho.

O relatório afirma que um dos principais problemas continua a ser a segmentação generalizada do mercado de trabalho, que se manifesta pelo número elevado de empregos temporários, com piores condições de trabalho.

A OIT apresenta algumas medidas para reduzir a segmentação, destacando-se (i) a revisão da regulamentação existente de forma a limitar-se o âmbito de utilização dos contratos temporários; (ii) o maior controlo do cumprimento da regulamentação; (iii) a aplicação de incentivos fiscais para as empresas converterem contratos temporários em permanentes; e (iv) a promoção da negociação coletiva que permita aos sindicatos alcançarem acordos que fixem o limite temporal após o qual os trabalhadores deixariam de ser temporários.

Neste âmbito, o relatório não ignora que estão a ser dados passos importantes no sentido de reduzir a propagação do trabalho temporário com a Proposta de Lei n.º 136/XIII que visa, designadamente, reduzir os níveis de segmentação do mercado de trabalho através de medidas que permitam limitar o uso de contratos de trabalho a termo.

A OIT debruça-se também sobre a matéria do tempo de trabalho, afirmando que Portugal está entre os países da UE com horários de trabalho mais longos, sem que daí resulte uma melhoria para o trabalhador ou para o empregador.

Outro ponto importante destacado pelo documento da OIT é o da remuneração, que continua baixa face às médias da UE.

Por fim, a OIT refere o acordo tripartido de 30 de maio de 2018 como "um marco importante na reconstrução de uma cultura de negociação coletiva mais forte", que pode contribuir para a melhoria das condições dos trabalhadores, para a redução das desigualdades e para a promoção da inclusão.

Em resumo, o relatório da OIT, ao mesmo tempo que elogia a recuperação de Portugal baseada em políticas económicas e sociais, relembra que é necessário aumentar o emprego com qualidade, nomeadamente, através da melhoria de políticas salariais, do regime do tempo de trabalho e da promoção da negociação coletiva.

Portugal (ainda não) pode dormir à sombra dos louros conquistados.

Este artigo foi redigido ao abrigo do novo acordo ortográfico.